

Carolina Barbosa Lima e Santos\*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Andre Rezende Benatti\*\*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

# Memória e Resistência: a ditadura brasileira em *K. – Relato de uma busca*, de Barbardo Kucubski

## Resumo:

Propomos, neste trabalho, uma análise sobre *K. – relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. Privilegamos, em nossa leitura, os aspectos voltados ao resgate da memória da ditadura militar brasileira pós-64. O romance em questão narra a história de K., um pai que busca pela filha misteriosamente desaparecida em 1974. Partindo da compreensão de que o autor se vale de um forte substrato do real para tecer a sua narrativa, desenvolvemos um estudo atento tanto à estética quanto ao cunho testemunhal deste discurso. Para tanto, valemo-nos da teoria sobre memória proposta por Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi, de ensaios de Márcio Seligman-Silva sobre a literatura de testemunho e das reflexões de Alfredo Bosi sobre a literatura como uma possível forma de resistência.

## Palavras-chave:

literatura brasileira, literatura de testemunho, literatura contemporânea, *K. – relato de uma busca*, Bernardo Kucinski

## Abstract:

In this study, we propose an analysis of *K. – relato de uma busca* (*K. – a search report*), by Bernardo Kucinski. In our reading, we privilege aspects aimed at recovering the memory of the post-64 Brazilian military dictatorship. The novel in question tells the story of K., a father who searches for his mysteriously missing daughter in 1974. Based on the understanding that the author uses a strong substratum of reality to write his narrative, we developed a study that is attentive to aesthetics and to the testimonial nature of the book. To do so, we used the theory of memory proposed by Maurice Halbwachs and Ecléa Bosi, essays by Márcio Seligman-Silva on testimony literature and Alfredo Bosi's reflections on literature as a possible form of resistance.

## Keywords:

brazilian literature, testimony literature, contemporary literature, *K. – relato de uma busca*, Bernardo Kucinski

Propomos, neste trabalho, uma leitura sobre o romance *K – relato de uma busca*, do escritor brasileiro Bernardo Kucinski. A narrativa, articulada em um limite tênue entre memória e ficção, gira em torno da história de um pai que busca pela filha, professora de Química da USP, desaparecida em 1974, período mais obscuro da ditadura militar pós-64.

A obra foi originalmente publicada em 2011 e desde o seu lançamento ganhou outras duas edições, além de ser traduzida para diversos idiomas. O romance marca a entrada de Kucinski, até então envolvido exclusivamente com textos de cunho documental, no universo literário. Em uma entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo*, em dezembro de 2017, sobre o livro *Pretérito Imperfeito*, Bernardo Kucinski afirma: “Eu virei um ficcionista tardiamente, há seis ou sete anos, e me dei conta de que já passei dos 80. Tenho uma vida útil pela frente limitada. Quantos anos mais? Cinco, seis? Sei lá, vai saber” (*apud* Gonçalves 2017: s.n).

Por ser muito recente, a produção literária de Kucinski ainda é pouco conhecida, lida e trabalhada no universo acadêmico. Sendo assim, considerando a densidade da obra em questão e a relevância de sua temática, justificamos a importância de nos debruçarmos em um estudo que venha a difundir a literatura de Kucinski em meio às produções acadêmicas nacionais e internacionais.

Para melhor compreendermos a obra, vale retomarmos, aqui, o conceito de narrador definido por Benjamin: aquele que conta muitas histórias e experiências para futuras gerações. O narrador benjaminiano é aquele que se vale da memória coletiva e individual para construir o seu relato. Nesta perspectiva, a memória pode ser compreendida como uma forma discursiva que fixa e transcende as experiências vivenciadas individual e/ou coletivamente para o plano ficcional em interpretações pessoais sobre o passado.

Devemos notar que a memória é fragmentada e não-linear, dessa forma, ao recuperar suas reminiscências, o narrador costuma preencher seus lapsos com a imaginação. A palavra memória, inclusive, refere-se à representação mimética e mnemônica dos eventos vivenciados e inicialmente fixados por meio da oralidade. Ao pensar sobre a memória, Pedro Nava propõe a seguinte reflexão:

A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos, a lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo que com ele estabelece contatos, correlações, aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar. Esse folclore jorra e vai vivendo do contato do moço com o velho – porque só este sabe que existiu em determinada ocasião o indivíduo cujo conhecimento pessoal não valia nada, mas cuja evocação é uma esmagadora oportunidade poética. (Nava 2012: 39)

Notemos que a definição de memória proposta por Pedro Nava contribui com a presente leitura sobre o romance de Kucinski na medida em que ressalta a importância do resgate e da construção da memória a partir do viés da literatura de testemunho, conceito problematizado neste trabalho sob a perspectiva de Márcio Seligman-Silva.

Para Bergson, a memória se configura como um esforço do indivíduo para trazer à superfície aquilo que está oculto nas profundezas de sua mente agindo como um elemento que lhe desencadeia hesitação ao dar forma a alguma passagem do passado. Neste viés, a memória surge de uma necessidade exterior ao sujeito. Contudo, essa exterioridade age de forma a torna-se, paradoxalmente, um obstáculo para a emergência da lembrança evocada. Para melhor compreendermos o pensamento do estudioso, leiamos a seguinte passagem de seu texto:

A lembrança de uma sensação é coisa capaz de sugerir essa sensação, ou seja, de fazê-la renascer, mais forte em seguida, cada vez mais forte à medida que a atenção se fixa mais nela. Mas a lembrança é diferente do estado que sugere e é precisamente porque a sentimos por trás da sensação sugerida, como o hipnotizador por trás da alucinação provocada, que localizamos no passado a causa do que sentimos (Bergson 2006: 51)

Halbwachs, por sua vez, associa a memória individual aos quadros sociais dentro dos quais a lembrança fora produzida. Partindo deste posicionamento, ao tecer sua teoria, o estudioso propõe a seguinte crítica a respeito da forma como a memória costuma ser analisada: “Não estamos ainda habituados a falar da memória de um grupo, mesmo por metáfora. Parece que uma tal faculdade não possa existir e durar a não ser na medida em que está ligada a um corpo ou um cérebro individual” (Halbwachs 1990: 53).

Para Halbwachs, a memória é um esforço de recriação e não um elemento exclusivamente relacionado ao mundo dos sonhos. Conforme explica o teórico, a memória é formada por pensamentos atuais ancorados em momentos do passado e pode ser compreendida como um esforço individual para a recriação de uma experiência vivida. Ao serem contadas, essas memórias evocam todas as aventuras e desventuras experimentadas pelo narrador.

Em uma perspectiva análoga e complementar, Márcio Seligman-Silva propõe um estudo sobre o testemunho como um elemento essencial para a compreensão da contemporaneidade, definida pelo teórico como um mundo pós-catástrofes. Para compreendermos esta assertiva, leiamos uma passagem de *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*, texto no qual o autor propõe a seguinte reflexão:

O testemunho é uma modalidade da memória. Se os estudos sobre o testemunho – no seu sentido não mais religioso ou meramente jurídico, mas antes como uma busca de se ler na cultura as marcas das catástrofes do século XX – se desenvolveram nas últimas décadas é porque ocorreu neste período uma *virada culturalista* dentro das ditas ciências humanas. Nesta virada a memória passou a ocupar um lugar de destaque, submetendo a quase onipresença da historiografia no que tange à escritura de nosso passado. Neste período também a própria historiografia se abriu aqui e ali à influência dos discursos da memória, como vemos em trabalhos de história que introduzem procedimentos da história oral ou nos que se abrem também ao trabalho com as imagens. A historiografia positivista tradicional é avessa às imagens, desconfia delas assim como despreza a imaginação. Já a memória sempre foi pensada como um misto de verbalidade e imagens. (Seligmann-Silva 2008: 73)

Ao pensar nas relações humanas estabelecidas a partir do século XX, em *O Local da Diferença*, Márcio Seligmann-Silva propõe a ideia de que podemos compreender a humanidade como parte de uma sociedade pós-Primeira Grande Guerra, pós-Segunda Guerra Mundial, pós-Shoah e pós-guerras de descolonização, isto é, como um corpo social que habita todas essas catástrofes (Seligmann-Silva 2005: 63).

Ainda de acordo com Seligmann-Silva, foi possível diagnosticar na Alemanha, durante a década de 1960, um recalçamento do passado e a negação social da culpa diante das catástrofes relacionadas ao Holocausto. Esse recalque, conforme o estudioso, não apenas gerou um bloqueio no processo de luto como também fez com que a história se tornasse “desrealizada” (*idem*: 71). Diante desta problemática, a luta nos tribunais pela justiça à memória das vítimas, pelo registro histórico e pelo reconhecimento social da culpa veio a ser compreendida como um caminho para o restabelecimento da capacidade coletiva de diferenciar a fantasia da realidade.

No Brasil, em um cenário pós-catástrofe análogo ao da Alemanha, João Roberto Martins Filho notou uma diferença crucial entre os posicionamentos políticos de militantes e militares ao revisar determinados depoimentos sobre a ditadura militar instaurada na década de 1960: enquanto os primeiros empenharam um esforço significativo para manter viva a memória política das décadas 1960 e 1970, a maior parte dos oficiais posicionou-se favoravelmente ao esquecimento deste período.

Em meio a este contexto habitado pela tragédia e pela negação social da culpa, grande parte da literatura realizada a partir do século XX propôs-se a buscar caminhos que viabilizassem o restabelecimento de uma comunicação com o “real”. Conforme explana Seligmann-Silva, essa literatura advinda de uma era de catástrofes dispõe-se a desenvolver a sensibilidade do público leitor para reler e reescrever a história do ponto de vista do testemunho.

De acordo com o teórico, a literatura engajada com a memória costuma debruçar-se sobre a vida e a morte para apresentar ao leitor um mundo habitualmente despercebido pelo sujeito moderno que vive em um estado automatizado de angústia e vigilância. Compostas por um teor testemunhal, essas narrativas propõem-se a configurar o passado a partir de um determinado presente. Para melhor compreendermos a ideia deste teórico, leiamos uma passagem de seu estudo:

De certo modo podemos afirmar que a literatura é também uma porteira da cripta. Uma figura que tanto vem “de dentro” como está “fora”, diante da cripta, de costas para ela. Essa cripta evidentemente – assim como a noção forte de “real” – possui a mesma característica da concepção freudiana de *Unheimlich* (sinistro, estranho): como algo de familiar que não pode ser revelado. O que pode habitar esse túmulo se não o próprio histórico? Algo que conhecemos mas de que nos “esquecemos”... É esse elemento “esquecido”, encenado em muitas histórias de Kafka, que traça, retraça e apaga para novamente riscar o limite interdito que nos deixa viver assentados sobre nossos túmulos sem olhar para baixo (*idem*: 74)

Em uma perspectiva complementar, Alfredo Bosi, em *Literatura e Resistência*, ao tecer uma reflexão sobre o ato de resistir, defende a ideia de que o sentido mais profundo da palavra “apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é *in/sistir*. O antônimo familiar é *des/sistir*” (Bosi 2002: 118).

Partindo desta reflexão teórica, compreendemos, aqui, *K. – Relato de uma busca* como uma forma artística de resistência articulada por Bernardo Kucinski. Podemos notar que o desafio aos limites literários é proposto desde o título da obra, uma vez que a palavra “relato”, escolhida para nomear um texto cuja temática gira em torno da ditadura militar pós-64, refere-se ao gênero textual no qual o escritor propõe-se a informar alguma experiência de vida ou algum acontecimento sobre o qual tenha conhecimento. Em seguida, ao tecer a seguinte mensagem na epígrafe da obra, o autor potencializa a ideia de um limite tênue entre o real e o ficcional da narrativa: “tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (Kucinski 2014: 8).

No posfácio do livro, Renato Lessa evidencia que Kucinski vale-se de um forte substrato do mundo empírico para compor esse texto literário: além de suas personagens protagonistas K. e A. estabelecerem uma alusão explícita a Ana Rosa e Majer Kucinski, a irmã e o pai do escritor, respectivamente, alguns nomes históricos como o de Sérgio Fleury, policial acusado de praticar a tortura e diversos homicídios no Brasil durante a década de 1970, surgem no decorrer da narrativa de forma a potencializar o seu efeito de real.

Valendo-se destes elementos de cunho documental, o autor desenvolve a ficcionalização de uma passagem da história brasileira, apresentando-a ao leitor pelo viés do testemunho, da memória e, sobretudo, da resistência ao desaparecimento/esquecimento. Para além de uma história familiar, o enredo da obra gira em torno de uma memória coletiva, um passado que esconde o desaparecimento de militantes políticos durante o regime militar.

Resistindo ao esquecimento, a narrativa de Kucinski reúne e transcende para o plano literário os fragmentos da memória relacionada ao desaparecimento de uma prisioneira política. Em *K. – Relato de uma busca*, o autor propõe um dossiê literário composto por cartas, depoimentos e descrições fotográficas alinhavado por um narrador onisciente, uma voz que ilumina pouco a pouco partes do universo confidencial e do destino trágico de A.

Notemos que a obra é iniciada com uma reflexão do narrador sobre o desconforto de receber em seu endereço diversas cartas destinadas à sua irmã desaparecida. A. já havia sido sequestrada e assassinada pela ditadura militar quando o irmão passou a viver na casa à qual essas correspondências passaram a ser enviadas. Leiamos, aqui, essa passagem da obra:

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignoram antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado como a atestar a autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos. (*idem*: 12)

Ao final da narrativa, o narrador reflete sobre o episódio em que uma senhora telefonara à sua residência para anunciar que obteve informações sobre a sua irmã desaparecida há quatro décadas. Leiamos, aqui, um trecho desta passagem:

Passadas quase quatro décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada; voz de mulher, apresenta-se, nome e sobrenome, moradora de Florianópolis. Diz que chegara havia pouco do Canadá, onde fora visitar parentes e que conversavam em português numa mesa de restaurante quando se aproximou uma senhora e se disse brasileira dando seu nome completo, o nome da tia desaparecida. A voz feminina deixou seu telefone, para contatos. (*idem*: 181)

Esta estrutura circular da narrativa, configurada pelo retorno fantasmagórico da figura de A. no início e no final do texto, é enfatizada com a história da personagem protagonista que alcança a sua paz ao retornar ao presídio no qual iniciara a sua carreira de vendedor no Brasil, um ambiente que lhe desencadeara uma série de memórias relacionadas à sua militância contra o autoritarismo na Polônia. Para melhor compreendermos essa passagem da obra, leiamos aqui o trecho em que o narrador sugere a ideia de que K. alcança um estado de libertação ao visitar alguns presos políticos encarcerados no presídio em que trabalhara no passado, isto é, ao reencontrar e desarmar as suas próprias memórias relacionadas àquele ambiente:

K. manteve os olhos fechados por quase dez minutos, sempre respirando fundo, o peito arfando. Depois suas pálpebras se abriram e ele percebeu ao seu redor os presos políticos; avistou atrás deles, no alto da parede dos fundos, a familiar janelinha gradeada da cela trazendo de volta promessas de sol e liberdade. Sentiu-se em paz. Muito cansado, mas em paz. estendeu aos presos o pacote de cigarros. Depois, suas mãos se abriram e seus olhos se cerraram. (*idem*: 175)

Além do retorno fantasmagórico da irmã no cotidiano do narrador e do reencontro de K. com o seu próprio passado, a ideia da circularidade presente neste texto pode ser pensada a partir da perda sofrida pela voz narrativa do romance, uma vez que este relato parece configurar a repetição do passado vivenciado pela sua personagem protagonista. Além disso o narrador, K. perdera a sua irmã para o autoritarismo instaurado na Polônia durante o período pré-Holocausto, conforme podemos constatar ao lermos a seguinte passagem da narrativa:

K. tinha trinta anos quando foi arrastado pelas ruas de Wloclawek, acusado de subversão pela polícia polaca. Por isso, emigrou às pressas, deixando mulher e filho, que só se juntariam a ele no Brasil um ano depois. Foi solto na condição de emigrar, além da propina coletada pelos amigos de militância. Sua irmã, Guita, cinco anos mais velha, não tivera a mesma sorte. Morreu tuberculosa no frio da prisão. (*idem*: 37)

Sendo assim, essa estrutura circular da obra pode ser compreendida como uma metáfora ao “sistema repressivo, ainda articulado” (*idem*: 182). Nesta perspectiva, podemos compreender que a obra sugere a ideia de que a sombra do autoritarismo permanece à espreita da sociedade. Por outro lado, essa estrutura circular pode ser pensada como uma metáfora relacionada à memória dos sobreviventes, pois sob a perspectiva dos estudos relacionados à teoria do trauma “o que permaneceu incompreendido retorna; como uma alma penada, não tem repouso até encontrar a resolução e libertação (Seligmann-Silva 2014: 73). Dessa forma, o episódio do desaparecimento súbito de um ente familiar e o sofrimento provocado pelos regimes autoritários de poder retornam insistentemente tanto ao presente do narrador quanto do protagonista do romance.

Notemos que a narrativa parte da contemporaneidade, sinalizada nas cartas de abertura e encerramento da obra (conta, em ambas, o registro de dezembro de 2010), respectivamente, para propor a configuração de um passado vivenciado por K. na década de 1970. Este distanciamento temporal entre o episódio narrado e o seu respectivo testemunho funciona como um elemento que viabiliza ao narrador uma visão mais completa que a do protagonista sobre os acontecimentos em cena.

Evidencia-se desde o título da obra que K. é a personagem protagonista do enredo, uma vez que o relato se propõe a narrar a busca feita pelo pai e não propriamente a história vivenciada pela moça desaparecida. Nascido na Polônia, K. é um judeu imigrante e um prestigiado escritor iídichista. No decorrer da narrativa, no entanto, K. passa a se compreender não mais como um poeta e defensor da língua iídiche, mas como sujeito que se resumia à figura de um pai que procura pela filha. Leiamos, aqui, uma passagem na qual a personagem percebe a sua transformação ao deparar-se com o seu próprio reflexo:

Ao deparar na vitrine da grande avenida com sua própria imagem refletida, um velho entre outros velhos e velhas, empunhando como um estandarte a fotografia ampliada da filha, dá-se conta, estupefato, da sua transformação. Ele não é mais ele, o escritor, o poeta, o professor de iídiche, não é mais um indivíduo, virou um símbolo, o ícone do pai de uma desaparecida política. (Kucinski 2014: 89)

No decorrer da narrativa, K. é representado como uma personagem que visitou ainda em vida o inferno: além de perder sua irmã em meio ao autoritarismo da Polônia, conviver com uma esposa infeliz por ter igualmente perdido a sua família naquele mesmo país de origem, K. passou a ser vítima de subornos e inúmeras torturas psicológicas para receber qualquer informação relacionada à sua filha. Leiamos, a seguir, uma passagem da obra em que o foco narrativo se concentra na voz de uma personagem policial que planeja efetuar uma ligação a K. na tentativa de ludibriá-lo com informações falsas sobre sua filha:

Fogaça, senta aí. Senta aí, porra. Escuta bem – tá tremendo por quê? Para de tremer, porra. Você vai fazer um servicinho. Se fizer direito, te solto. Entendeu? Você vai pegar esse telefone que está

aí e eu vou te dar um número, vai atender um filho da puta dum velho e você vai dizer a ele o teu nome, pode dizer o teu nome mesmo, diz que você acaba de ser solto do DOPS e que viu a filha dele aqui. O velho vai ficar doidão, vai dar um pulo, vai fazer um monte de perguntas, como está a filha, você não fala nada, só diz que viu ela, que ela que deu o telefone. Ele vai querer ver você, vai perguntar onde você está. A jogada é esta: você fala que está na rodoviária do lado do DOPS, que está telefonando da rodoviária, que está indo embora. (*idem*: 70)

Gradativamente, K. descobre que a filha habitou um universo desconhecido pela sua família: casara-se formalmente, amava e era amada pela família de seu esposo e passou a participar de uma organização política que atuava contra a ditadura militar junto ao seu companheiro. Ao debruçar-se demoradamente nos poucos registros fotográficos deixados pela filha, K. percebe um tom de espanto no olhar de A, como se a mesma estivesse vivenciando um momento de terror pouco antes de ser sequestrada pelo regime militar.

Ao longo desta busca, K. descobre que outras famílias também procuravam pelos seus respectivos entes desaparecidos. O elemento comum entre esses desaparecimentos súbitos era o fato de que as vítimas vivenciaram, em algum momento de suas vidas, alguma experiência política no território brasileiro, conforme podemos notar ao lermos a seguinte passagem da obra: “No trigésimo dia do sumiço da filha, K. leu no Estado de São Paulo uma notícia que se referia, embora de modo discreto, a desaparecidos políticos. O arcebispo havia convocado uma reunião com ‘familiares de desaparecidos políticos’” (*idem*: 20)

Com o passar do tempo e sem respostas sobre o paradeiro de A., K. perde a esperança de salvar sua filha, mas não deixa de lutar pelo direito de enterrá-la e saber como, quando e onde a moça fora executada. Exausto, K. chega a cogitar a possibilidade de reunir os fragmentos da história de A. em um texto literário, mas depara-se com a impotência das palavras diante da catástrofe que assombrara a sua família:

Era como se faltasse o essencial; era como se as palavras embora escolhidas com esmero, em vez de mostrar a plenitude do que ele sentia, ao contrário, escondessem ou amputassem o significado principal. Não conseguia expressar sua desgraça na semântica limitada da palavra, no recorte por demais preciso do conceito, na vulgaridade da expressão idiomática. Ele, poeta premiado da língua iídiche, não alcançava pela palavra a transcendência almejada. (*idem*: 135)

Notemos que a ideia relacionada ao trauma desencadeado pela ditadura militar pós-64 é enfatizada em outras passagens da narrativa: Jesuína Gonzaga é configurada como uma personagem secundária que ao se submeter a uma consulta terapêutica atua como uma peça-chave não só para o esclarecimento sobre o final trágico de A., mas também para a revelação daquilo que costumava acontecer às vítimas do “esquadrão da morte”, organização paramilitar surgida no final da década de 1960 cujo objetivo era exterminar as pessoas consideradas perigosas para a manutenção da ordem governamental.



Ao depor à médica sobre as lembranças que a levavam a ter pesadelos, alucinações e sangramentos constantes, isto é, sobre as inquietações que a conduziram ao consultório, a personagem desarma o leitor os escombros de uma memória habitada pelo horror às cenas que testemunhara no espaço em que trabalhara como funcionária doméstica para Sérgio Fleury, delegado que atuou no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo durante a ditadura militar no Brasil, tanto na realidade empírica quanto no universo ficcional do texto.

Depois de muito hesitar no ato de relatar à médica aquilo que lhe provocava um mal estar, Jesuína finalmente descreve a cena do passado que permanecia habitando os seus pesadelos. Transitando no limite tênue entre o real e o ficcional, o depoimento literário da personagem refere-se a uma cena desenrolada em um espaço atualmente conhecido como Casa da Morte, um centro clandestino de tortura e assassinato criado pelos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira. Leiamos, aqui, o testemunho da personagem:

Uma vez eu fiquei sozinha quase a manhã inteira, os PMs mineiros saíram bem cedo de caminho-nete dizendo que tinham acabado os sacos de lona, o lugar onde compravam era longe, iam demorar. O Fleury já tinha voltado para São Paulo de madrugada. Eu sozinha tomando conta. Então desci até lá embaixo, fui ver. A garagem não tinha janela, e a porta estava trancada com chave e cadeado. Uma porta de madeira. Mas eu olhei por um buraco que eles tinham feito para passar a mangueira de água. Vi uns ganchos de pendurar carne igual nos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue. (*idem*: 132)

Sob a perspectiva dos estudos propostos por Seligmann-Silva, podemos compreender que a dificuldade apresentada pela personagem em narrar este episódio traumático advém do “excesso” de realidade com o qual se defrontara no passado, bem como os sintomas de alucinação e histeria sofridos por Jesuína podem ser pensados como a repetição de uma cena incompreendida pela traumatizada. De acordo com os estudos levantados pelo teórico, o trauma costuma destruir a capacidade do sujeito traumatizado de distinguir a realidade da fantasia ao assombrar continuamente a sua mente com uma imagem fantasmagórica:

Fixação no momento do acidente traumático que está na sua base. Esses doentes repetem nos seus sonhos regularmente a situação traumática. Quando ocorrem ataques de tipo histérico, que permitem uma análise, percebe-se que o ataque corresponde a uma total transposição naquela situação. É como se esses pacientes não tivessem se desvincilhado da situação traumática, como se ela estivesse diante deles como uma tarefa [Aufgabe] não dominada e nós aceitamos com toda seriedade esse ponto de vista [...]. (Seligmann-Silva 2005: 66)

Dessa impossibilidade de descrever o terror advém, por sua vez, a necessidade de se libertar da sua imagem e do seu peso por meio de um discurso testemunhal. Compreende-se, desta maneira, a necessidade da personagem de expor à sua médica, ainda que com demasiada

dificuldade, a cena que assombrava os seus pesadelos.

Configurada em uma estética realista que evoca nomes de jornais influentes, de personagens históricas e de ruas que homenageiam generais torturadores da ditadura militar, podemos notar que o limite entre o político e o literário nesta obra é sensivelmente tênue. Em *K. – Relato de uma busca*, Kucinski propõe-se a desarquivar a memória de uma catástrofe para propor uma revisão histórica sobre a ditadura militar a partir do ponto de vista dos excluídos em busca de justiça em meio a um cenário nacional que permanece se recusando a promover uma retratação para com as vítimas de uma das passagens mais indecorosas da história brasileira.

Deste modo, defendemos a hipótese de que ao ficcionalizar essa memória social e familiar relacionada ao desaparecimento de A., Kucinski articula uma forma de resistência aos tempos sombrios que permeiam o passado, o presente e o futuro brasileiro para que, talvez, este episódio de violência e autoritarismo não volte a acontecer.

## NOTAS

\* Carolina Barbosa Lima e Santos é Doutora em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2019), Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2012) e Graduada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2009). Atualmente é professora substituta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Brasileira, Literatura Infantil e Literatura Regional.

\*\* Andre Rezende Benatti é Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018), Mestre em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2013) e Graduado em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2009). Atualmente é Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Professor do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

## Bibliografia

- Bergson, Henri (2006), *Memória e vida: textos escolhidos por Gilles Deleuze*, tradução de Carla Berliner, São Paulo, Martins Fontes.
- Bosi, Alfredo (2002), *Literatura e resistência*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Gonçalves, Marcos Augusto (2017), “Bernardo Kucinski cogitou utilizar pseudônimo para o seu novo romance” <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/12/1941909-bernardo-kucinski-cogitou-utilizar-pseudonimo-para-o-seu-novo-romance.shtml>> (último acesso em 12/08/2020).
- Halbwachs, Maurice (1990), *A memória coletiva*, tradução de Laurent León Schaffter, São Paulo, Vértice Edições.
- Kucinski, Bernardo (2014), *K. - relato de uma busca*, São Paulo, Cosac Naify.
- Martins Filho, João Roberto (2002), “A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”, *Varia História*, nº 28, UFMG, 178-201.
- Nava, Pedro (2012), *Baú de ossos*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- Seligmann-Silva, Márcio (2008), “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”, *Revista Psicologia Clínica*, nº1, Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 65-82.
- (2005), *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*, São Paulo, Editora.